

**HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS****EDITAL - SEI**

Processo nº 23761.001133/2023-91

Interessado: Unidade de Patrimônio, Setor de Administração

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23761.001133/2023-91

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/11/2023

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09:00 (Horário de Brasília)

LOCAL: Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins - HDT-UFT

UASG: 155905

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, **filial Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.126.437/0027-82, com sede na Rua José de Brito Soares, 1015 - Setor Anhanguera, CEP: 77.818-530, Araguaína/TO, Telefone (063) 3411-6008, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local, acima indicados, realizará chamamento público para **Credenciamento de Associação ou Cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar a coleta seletiva de bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os preceitos de direito público e, em especial, às disposições do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, cuja minuta foi examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, em conformidade com a autorização contida no Processo - SEI nº 23761.001804/2022-33.

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de associações ou cooperativas **de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar a coleta seletiva de bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados à carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins.**

1.2. Compreenderão os materiais recicláveis a serem coletados pela(s) associação(s) ou cooperativa(s) selecionada(s) os bens patrimoniais inservíveis com potencial para reciclagem, desde que devidamente autorizados através de processo de desfazimento.

1.3. Os rejeitos radioativos estão excluídos dos materiais submetidos a reutilização e reciclagem, conforme previsto no art. 1º, §2º da Lei 12.305/2010.

**2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar do processo de seleção as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atendam aos seguintes requisitos:

2.1.1. Estejam formal e exclusivamente constituídos por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

2.1.2. Não possuam fins lucrativos;

2.1.3. Possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

2.1.4. Apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados;

2.1.5. Não empreguem pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empreguem pessoa com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz com idade a partir de 14 anos;

2.2. A comprovação estabelecida nos subitens 2.1.1 e 2.1.2 será feita mediante a apresentação de estatuto ou contrato social e a comprovação referente aos subitens 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5 será feita por meio da declaração das respectivas associações e cooperativas (Anexos IV e V);

2.3. A participação neste processo implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes neste edital.

2.4. Não poderão participar desta seleção os interessados:

2.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.4.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;

2.4.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.5. que se enquadrem nas vedações previstas no art. 69 do RLCE 2.0, quais sejam:

2.4.5.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

2.4.5.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.4.5.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

2.4.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.4.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.4.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- 2.4.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 2.4.5.9. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- 2.4.5.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
- 2.4.5.11. contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- 2.4.5.12. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
  - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
  - c) autoridade do Ministério da Educação;
  - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- 2.4.5.13. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- 2.4.5.14. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;
- 2.4.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 2.5. Como condição para participação na seleção, o interessado apresentará declaração com o seguinte conteúdo, conforme modelos previstos nos Anexos IV, V e VI do Edital:
- 2.5.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, bem como que não se enquadra nas vedações previstas no artigo 69 do RLCE, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.5.2. que cumprem a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, cuja revisão foi aprovada pela Resolução-CA n.º 138/2021 e publicada no Boletim de Serviço n.º 1096, de 30 de junho de 2021; ii) não possuem histórico de envolvimento com corrupção ou fraude; iii) possuem controles e políticas de integridade na instituição; e iv) não são pessoas jurídicas cujos proprietários ou administradores sejam dirigentes de partido político, titulares de mandato eletivo, empregados ou administradores da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.
- 2.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- 2.5.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no inciso III do artigo 5º da Constituição da República.
- 2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o interessado às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 2.7. Os atos formais realizados em nome das associações e cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital.
- 2.7.1. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma associação/cooperativa.
- 2.8. Será verificado o enquadramento dos interessados como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em [https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3\\_of\\_Politica\\_Transacoes\\_Part es\\_Relacionadas\\_aprovada.pdf](https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas/copy3_of_Politica_Transacoes_Part es_Relacionadas_aprovada.pdf).
3. **DA DOCUMENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DO CADASTRO DO REPRESENTANTE LEGAL**
- 3.1. A habilitação da associação ou cooperativa se dará pelo atendimento, durante o prazo de credenciamento e habilitação dos seguintes requisitos:
- 3.1.1. Entrega de ficha de Inscrição (original) preenchida com os dados sobre a cooperativa ou associação, conforme modelo disponibilizado no Anexo III, parte integrante deste instrumento convocatório;
- 3.1.2. Apresentação do Estatuto ou Contrato Social que comprove que a Cooperativa ou Associação esteja formal e exclusivamente constituída por catadores de materiais recicláveis e que tenham a catação como única fonte de renda; e, não possua fins lucrativos;
- 3.1.3. Apresentação de declaração que comprove que a Cooperativa ou Associação dispõe da infraestrutura necessária à realização da triagem e classificação de resíduos recicláveis descartados e que apresenta um sistema de rateio entre os associados e cooperados, conforme modelo apresentado no Anexo IV deste Edital;
- 3.1.4. Declaração que a Cooperativa ou Associação não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz, conforme Modelo apresentado no Anexo V;
- 3.1.5. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitar com a Ebserh, conforme Modelo apresentado no Anexo XI;
- 3.1.6. Declaração Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh conforme Modelo apresentado no Anexo X;
- 3.1.7. Cadastro do Representante Legal, conforme subitem 3.3 deste Edital.

- 3.2. Os atos formais realizados em nome das associações ou cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e a responder por sua associação ou cooperativa para todos os atos e efeitos previstos (Anexo III deste Edital);
- 3.3. Para o Cadastro do Representante Legal, que trata o subitem 3.1.5, deverão ser atendidos, os seguintes requisitos:
- 3.3.1. Cópia da ata de eleição dos atuais representantes da associação ou cooperativa;
- 3.3.2. Cópia do documento oficial de identidade do representante legal;
- 3.3.2.1. Caso o representante legal da associação ou cooperativa necessite constituir um procurador, deve-se apresentar uma procuração pública ou particular com firma reconhecida com entrega da respectiva cópia.
- 3.4. O representante da associação ou cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de habilitação da Cooperativa ou Associação;
- 3.4.1. A não representação ou incorreção dos documentos de Cadastro do Representante Legal, não inabilitará a associação ou cooperativa, apenas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto no subitem 3.3 deste Edital;
- 3.4.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Cooperativa ou Associação;
- 3.4.3. Em se tratando de participação de instituições privadas, estas instituições deverão declarar que:
- 3.4.3.1. Cumprem a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, cuja revisão foi aprovada pela Resolução-CA n.º 138/2021 e publicada no Boletim de Serviço n.º 1096, de 30 de junho de 2021;
- 3.4.3.2. Não possuem histórico de envolvimento com corrupção ou fraude;
- 3.4.3.3. Possuem controles e políticas de integridade na instituição e;
- 3.4.3.4. Não são pessoas jurídicas cujos proprietários ou administradores sejam dirigentes de partido político, titulares de mandato eletivo, empregados ou administradores da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.
- 3.5. Os interessados em participar do chamamento público deverão encaminhar a documentação, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br](mailto:ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br), até o final do prazo previsto em edital.
- 3.6. Em caso de não apresentação ou incorreção dos documentos de cadastro do representante, a associação ou cooperativa ficará impedida de participar da sessão pública prevista no subitem 5.3;
- 3.7. Cada representante legal cadastrado poderá representar apenas uma associação ou cooperativas, e só poderá ser substituído por outro, desde que seja apresentada a documentação exigida no subitem 3.3, durante a abertura da sessão pública;
- 3.8. Serão desclassificadas as Cooperativas ou Associações que não apresentem a documentação exigida; no item 3 deste Edital;

#### 4. **DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

- 4.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de 19/07/2023 a 09/08/2023, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail [ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br](mailto:ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br), em arquivo PDF legível.

#### 5. **DO JULGAMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO SORTEIO**

- 5.1. Os documentos de habilitação apresentados pelas Cooperativas ou Associações serão analisados e julgados pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, que emitirá listagem das entidades aprovadas em até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de encerramento das inscrições.

- 5.1.1. A listagem das entidades habilitadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.

- 5.2. Será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de divulgação da listagem, para apresentação de recurso administrativo contra o resultado publicado, devendo ser entregue no mesmo endereço eletrônico citado no subitem 4.1 deste edital. Findo tal prazo, será divulgado no dia posterior a esta data o eventual recurso interposto.

- 5.2.1. O recurso interposto será divulgado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.

- 5.2.2. O recurso interposto será avaliado pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data final do prazo do recorrente.

- 5.2.3. Após avaliação e julgamento do recurso interposto, será publicada listagem final das entidades aprovadas.

- 5.2.4. A listagem final das entidades aprovadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>.

- 5.3. Caso ocorra habilitação de apenas uma Cooperativa ou Associação, esta firmará Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme Anexo VIII deste Edital, para a realização da coleta dos resíduos sólidos recicláveis descartados.

- 5.4. Havendo a aprovação de duas ou mais associações ou cooperativas, a Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT-UFT/Ebserh realizará sorteio para definição da ordem de classificação, em sessão pública, com a participação dos interessados.

- 5.5. Será permitido o acesso aos representantes legais das associações ou cooperativas e demais interessados, para acompanhar o sorteio.

#### 6. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 6.1. O objeto do Chamamento será adjudicado à entidade credenciada por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

- 6.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará a contratação direta.

#### 7. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

- 7.1. Até **05 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

7.2. Caberá à Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até **03 (três)** dias úteis.

7.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail *ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br*, ou por escrito, à Unidade de Licitações, no endereço constante no cabeçalho do Edital, no horário de 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

7.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado à Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, exclusivamente por escrito ou em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf).

7.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem **6.1**, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem **6.4** deste Edital.

7.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, nos autos do processo de licitação.

#### **8. DA ENTIDADE SELECIONADA**

8.1. A entidade selecionada em primeiro lugar deverá firmar Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme modelo do **Anexo VIII**;

8.2. A vigência do Termo de Compromisso será de **06 (seis) meses, prorrogáveis por igual período**;

8.3. O prazo da vigência do Termo de Compromisso poderá ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, desde que não haja circunstâncias que desqualifiquem o trabalho da associação ou cooperativa e que não haja outras cooperativas habilitadas e interessadas.

8.4. Após o término do Termo de Compromisso com a primeira classificada, o Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins poderá convocar as demais entidades sorteadas, obedecendo a ordem de classificação, para assinatura de novo Termo de Compromisso, nas mesmas condições do anterior.

#### **9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

9.1. Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

#### **10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES**

10.1. Serão desclassificadas as Cooperativas ou Associações que não apresentem a documentação exigida no item 3 deste Edital.

#### **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

11.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital)

#### **12. DAS PENALIDADES**

12.1. A associação ou cooperativa receberá advertência por escrito nas seguintes circunstâncias:

12.1.1. Quando deixar de recolher os materiais, nas datas predefinidas sem a devida comprovação de que não o fez em razão da ocorrência de caso fortuito ou força maior, através de envio da justificativa, que será avaliada pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT-UFT/Ebserh;

12.1.2. Caso a prestação de contas não seja encaminhada ao HDT-UFT/Ebserh ou esteja incompleta;

12.1.3. Em outras situações em que fique configurado descumprimento das competências da associação ou cooperativa.

12.2. Em caso de aplicação de 03 (três) sanções administrativas de ADVERTÊNCIA, a associação ou cooperativa terá o contrato rescindido, garantida a ampla defesa e o contraditório.

12.3. Ocorrendo a rescisão do contrato serão tomadas as providências cabíveis para continuidade do trabalho da coleta seletiva.

#### **13. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

13.1. O processo seletivo somente poderá ser revogado, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes;

13.2. O HDT-UFT/Ebserh poderá, a qualquer tempo, prorrogar os prazos de recebimento dos documentos de inscrição ou da divulgação do resultado de julgamento;

13.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT-UFT/Ebserh;

13.4. A celebração de Termo de Compromisso não acarretará qualquer vínculo empregatício entre o HDT-UFT/Ebserh e a Cooperativa ou Associação selecionada ou com seus cooperados ou associados;

13.5. Em caso de rescisão do Termo de Compromisso, o HDT-UFT/Ebserh convocará as demais entidades sorteadas, obedecendo a ordem de classificação, para assinatura de novo Termo de Compromisso;

13.6. A participação das Cooperativas ou Associações neste processo de seleção implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

13.7. Dada a natureza do serviço, objeto do presente edital, qualquer mudança no Termo de Compromisso deverá ser submetida, para sua fiel observância, à aprovação do Colegiado Executivo do HDT-UFT/Ebserh.

#### **14. DOS ANEXOS**

14.1. Integram este Edital, os seguintes Anexos:

14.1.1. **Anexo I** – Termo de referência (I);

14.1.2. **Anexo II** – Cronograma de eventos do procedimento de seleção para credenciamento;

14.1.3. **Anexo III** – Ficha de Inscrição da Cooperativa/Associação e dados do representante legal;

14.1.4. **Anexo IV** – Declaração de condições de habilitação;

14.1.5. **Anexo V** – Declaração que não emprega menor ou adolescente;

14.1.6. **Anexo VI** – Formulário de prestação de contas das cooperativa ou associação de catadores;

- 14.1.7. **Anexo VII** – Notificação de ocorrência;
- 14.1.8. **Anexo VIII** – Minuta do termo de compromisso (28497099);
- 14.1.9. **Anexo IX** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 14.1.10. **Anexo X** - Declaração Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh;
- 14.1.11. **Anexo XI** - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos para Licitar com a Ebserh.
15. **A CONTRATADA SE COMPROMETE, EM RELAÇÃO À LEI N.º 13.709/2018 (LGPD), AO SEGUINTE:**
- 15.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 15.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 15.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 15.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 15.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 15.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 15.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 15.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- 15.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- 15.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 15.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 15.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 15.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.
- 15.2.5.

(assinado eletronicamente)

**Felipe Cunha de Lório**

Chefe da Unidade de Licitações e Contratos  
ULC/HDT-UFT/MEC-EBSERH

#### **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

16. **DO OBJETO**
- 16.1. O objeto do presente Termo de Referência é a definição de critérios objetivos para credenciamento de associação ou cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar coleta seletiva de bens patrimoniais móveis, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados a carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins, durante o período de 06 (seis) meses.
17. **DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 17.1. A contratação se justifica pela necessidade de realizar o descarte ambientalmente adequado, dos bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis pela Comissão Especial de Desfazimento de bens patrimoniais do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT).
- 17.2. A recuperação dos citados bens, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, gera despesas muitas vezes superiores ao valor de mercado que seria vantajoso (até 50%), além disso provoca desperdício de tempo e mão de obra no Serviço de Manutenção Hospitalar;
- 17.3. A ociosidade dos mesmos ocupa, de forma desnecessária, os espaços físicos destinados ao armazenamento de bens servíveis do hospital;
- 17.4. Diante da necessidade exposta, o credenciamento proposto irá possibilitar ao HDT-UFT/Ebserh executar uma gestão patrimonial com mais mais eficácia, rapidez, economia e sustentabilidade, primando por um atendimento de qualidade ao público usuário da Instituição.
- 17.5. Além disso, com base na Constituição Federal (art. 225 caput), *segundo a qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*, o HDT-UFT/Ebserh insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo e reaproveitamento/reciclagem de materiais, com vistas prover a destinação ambientalmente adequada de tais materiais.
18. **LOCAL, HORÁRIO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA**
- 18.1. As coletas devem ocorrer nos seguintes pontos de acesso:
- 18.1.1. Nas dependências do HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UNIDADE DE PATRIMÔNIO - Avenida José de Brito Soares, nº 1015 - Setor Anhanguera, CEP: 77.818-530, Araguaína/TO. TELEFONE: (63) 3413-8718.

18.2. Os dias e horários para realização da coleta serão previamente acordados com a Unidade de Patrimônio e ocorrerão em dias úteis das 8h às 12h e 14h às 18h.

18.3. A Associação ou Cooperativa assumirá toda a responsabilidade pela coleta, transporte, separação e disposição dos resíduos coletados nas dependências do HDT-UFT/Ebserh.

#### 19. **DO MODELO DE CONTRATAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO**

19.1. Trata-se de chamamento público, para Credenciamento de Associação ou Cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a a realizar a coleta seletiva de bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados a carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins (HDT-UFT), nos termos do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 e Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, sem prejuízo das regras emanadas na Lei 13.303/17 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE) - disponível em: [Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH](#)

#### 20. **DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

20.1. As associações ou cooperativas serão consideradas habilitadas mediante apresentação do **estatuto ou contrato social e de declaração** delas próprias que comprovem:

20.1.1. Serem formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

20.1.2. Não possuírem fins lucrativos;

20.1.3. Possuírem infraestrutura para realizarem a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

20.1.4. Não empreguem menor de 18 anos e menor de 16, salvo na condição de menor aprendiz a partir de 14 anos;

20.2. A comprovação dos itens 5.1.1 e 5.1.2 será feita mediante apresentação do estatuto ou contrato social e dos itens 5.1.3 e 5.1.4, por meio de declaração das respectivas associações ou cooperativas;

20.3. A participação neste processo implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes deste termo.

#### 21. **DA DOCUMENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DO CADASTRO DO REPRESENTANTE LEGAL**

21.1. O credenciamento da associação ou cooperativa se dará pelo atendimento, durante a fase de habilitação dos seguintes requisitos:

21.1.1. Ficha de Inscrição preenchida com os dados sobre a cooperativa ou associação, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.1.2. Estatuto ou Contrato Social que comprove que a Cooperativa ou Associação esteja formal e exclusivamente constituída por catadores de materiais recicláveis e que tenham a catação como única fonte de renda; e não possua fins lucrativos;

21.1.3. Declaração que a Cooperativa ou Associação dispõe da infraestrutura necessária à realização da triagem e classificação de resíduos recicláveis descartados e que apresenta um sistema de rateio entre os associados e cooperados, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.1.4. Declaração de que a Cooperativa ou Associação não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de menor aprendiz;

21.1.5. Cadastro do Representante Legal, conforme subitem 6.3 deste Edital.

21.2. Os atos formais realizados em nome das associações ou cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente cadastrado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e a responder por sua associação ou cooperativa para todos os atos e efeitos previstos, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.3. Para realizar o cadastro que trata o subitem 6.1.5, deverão ser atendidos, durante o prazo de credenciamento e habilitação, os seguintes requisitos:

21.3.1. Apresentação de cópia da ata de eleição dos atuais representantes da associação ou cooperativa;

21.3.2. Apresentação de cópia do documento oficial de identidade do representante legal;

21.3.3. Caso o representante legal da associação ou cooperativa necessite constituir um procurador, deve-se apresentar uma procuração pública ou particular com firma reconhecida com entrega da respectiva cópia;

21.4. O representante da associação ou cooperativa deverá entregar seus documentos de cadastro juntamente com os documentos de habilitação da associação ou cooperativa;

21.5. A não representação ou incorreção dos documentos de cadastro do representante legal não inabilitará a associação ou cooperativa, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder por ela até que seja cumprido o disposto no subitem 6.3 deste Termo;

21.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma Cooperativa ou Associação;

21.7. Serão desclassificadas as Cooperativas ou Associações que não apresentem a documentação exigida no item 6.3 deste termo.

#### 22. **DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO**

22.1. Os interessados em participar do chamamento público deverão **encaminhar as documentações por meio do correio eletrônico** [ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br](mailto:ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br), até o final do prazo previsto em edital e seus anexos.

#### 23. **DA ENTIDADE SELECIONADA PARA CEDRENCIAMENTO**

23.1. Os documentos de habilitação apresentados pelas Cooperativas ou Associações serão analisados e julgados pela Comissão formalmente designada, que emitirá listagem das entidades habilitadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar a partir da data de encerramento estabelecida para envio da documentação;

23.2. A listagem das entidades habilitadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft>

23.3. Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos após a divulgação da listagem, que transcorrerá conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, para a apresentação de recurso administrativo contra o resultado da habilitação, devendo ser

entregue nos mesmas condições estabelecidas no item 7 deste termo. Findo tal prazo, será divulgada a eventual interposição de recurso, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 23.4. Após o prazo para apresentação e avaliação de recursos, será publicada uma listagem final das entidades habilitadas;
- 23.5. Respondidos os eventuais recursos, será realizada sessão pública, para sorteio que definirá a ordem de classificação das associações e/ou cooperativas;
- 23.6. A entidade sorteada em primeiro lugar firmará o Termo de Compromisso;
- 23.7. As demais entidades comporão cadastro reserva, classificada por ordem de sorteio;
- 23.8. O cadastro de reserva terá validade de 30 (trinta) meses;
- 23.9. Em caso de rescisão do Termo de Compromisso, o Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins convocará as entidades que compõem o cadastro de reserva para assinatura do Termo de Compromisso, obedecida a ordem de classificação do sorteio;
- 23.9.1. Cada representante legal credenciado poderá representar apenas uma associação ou cooperativas, e só poderá ser substituído por outro, desde que seja apresentada a documentação exigida pelo subitem 6.3, durante a abertura da sessão pública;
- 23.9.2. Em caso de não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento do representante, a associação ou cooperativa ficará impedida de participar da sessão pública;
- 23.10. Caso ocorra habilitação de apenas uma Cooperativa ou Associação, esta firmará Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, com isso serão dispensadas as etapas descritas nos itens 8.10.1, 8.11 e 8.12;
- 23.10.1. Na ocorrência de mais de uma Cooperativa ou Associação habilitada será realizado sorteio em sessão pública, que definirá a ordem de classificação para formação do cadastro de reserva;
- 23.11. O sorteio acontecerá nas dependências do HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. A data e horário da realização do sorteio será publicada quando da listagem final das instituições aprovadas;
- 23.12. Será permitido o acesso aos representantes legais das associações ou cooperativas e demais interessados, para acompanhar o sorteio.

**24. DA ENTIDADE SELECIONADA PARA CREDENCIAMENTO**

- 24.1. A entidade selecionada no credenciamento em primeiro lugar deverá firmar Termo de Compromisso com o HDT-UFT/Ebserh, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 24.2. A vigência do Termo de Compromisso será de 06 (seis) meses;
- 24.3. O prazo da vigência do Termo de Compromisso poderá ser prorrogado por mais 06 (seis) meses, desde que não haja circunstâncias que desqualifiquem o trabalho da associação ou cooperativa e que não haja outras cooperativas habilitadas e interessadas;
- 24.4. Após o término do Termo de Compromisso com a primeira classificada, o HDT-UFT/Ebserh poderá convocar a segunda classificada no sorteio para assunção de novo termo de compromisso, nas mesmas condições do anterior.

**25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

- 25.1. Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

**26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 26.1. Proporcionar as facilidades necessárias à coleta dos resíduos recicláveis, permitindo o acesso dos associados ou cooperados devidamente qualificados pela Associação ou Cooperativa que firmar o Termo de Compromisso, ao local da coleta, nos dias e horários estipulados;
- 26.2. Prestar os esclarecimentos relacionados à execução do objeto do presente termo que julgar necessários;
- 26.3. As atribuições relacionadas ao HDT-UFT/Ebserh serão exercidas pelo Gestor do instrumento contratual, no que se refere ao Termo de Compromisso;
- 26.4. Disponibilizar o material descartado em condições de recolhimento, excluindo o material orgânico, proveniente de banheiros e copas, assim como o material infectante, entregando única e exclusivamente o material reciclável, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 27.1. Responsabilizar-se pelo controle da assiduidade, da frequência e da pontualidade da coleta dos resíduos recicláveis pelos associados ou cooperados;
- 27.2. Responsabilizar-se pela obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos associados ou cooperados;
- 27.2.1. O representante deverá comparecer às dependências do HDT-UFT/Ebserh sempre que este solicitar ou achar necessário;
- 27.2.2. A contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus associados ou cooperados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu representante;
- 27.3. Manter sigilo sobre os dados que porventura venha a ter conhecimento por força do Termo de Compromisso firmado;
- 27.4. Instruir os seus associados ou cooperados a tratarem com presteza, cordialidade, urbanidade e respeito os servidores e estudantes do HDT-UFT/Ebserh.
- 27.5. Informar aos seus associados ou cooperados que não serão permitidos o uso de som ou música de qualquer natureza pela cooperativa ou associação nas dependências do HDT-UFT/Ebserh;
- 27.6. Orientar os associados ou cooperados para se manterem devidamente trajados e identificados, bem como cumprirem as normas disciplinares e operacionais determinadas pelo HDT-UFT/Ebserh, quando nas dependências da mesma;
- 27.7. Assumir toda a responsabilidade pela coleta, transporte, separação e disposição dos resíduos coletados nas dependências do HDT-UFT/Ebserh;
- 27.8. A contratada deverá após a coleta manter limpo as dependências do HDT-UFT/Ebserh;
- 27.9. Providenciar junto às autoridades competentes, sem quaisquer ônus para o HDT-UFT/Ebserh a obtenção de licenças, alvarás, autorizações e outros documentos que se fizerem necessários à execução do objeto do Termo de Compromisso firmado, exigidas

pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

27.10. Fornecer, sempre que solicitado, comprovante de cumprimento da legislação em vigor, relacionada ao Termo de Compromisso;

27.11. Manter, durante todo o período de vigência do Termo de Compromisso, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a contratação;

27.12. Informar e manter atualizados o endereço comercial, e-mail e número de telefone, para fins de comunicação entre as partes;

27.13. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do HDT-UFT/Ebserh, seja por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus associados ou cooperados, obrigando-se a promover a devida restauração, utilizando material de mesma qualidade do existente ou o ressarcimento a preços atualizados, no prazo estipulado pelo hospital;

27.14. A contratada se compromete a facilitar a realização de vistorias do HDT-UFT/Ebserh nos documentos, instalações, atividades e serviços desta, referentes à implementação do Termo de Compromisso;

27.15. Transportar os volumes coletados diretamente do HDT-UFT/Ebserh, até o local de triagem;

27.16. Registrar o peso dos materiais doados e posteriormente os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica que deverá ser enviada junto a prestação de contas, nas condições estabelecidas no Termo de Compromisso.

## **28. DA SUSTENTABILIDADE**

28.1. A associação ou cooperativa credenciada deverá atender aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) bem como o que consta no art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

28.2. Observar princípios, objetivos e demais instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituídos pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

28.3. Atuar conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas ao manejo de resíduos sólidos.

## **29. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO**

29.1. A gestão e fiscalização do Termo de compromisso a ser firmado, será de responsabilidade do Gestor contratual formalmente designado.

## **30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

30.1. A associação ou cooperativa receberá advertência por escrito nas seguintes circunstâncias:

30.1.1. Quando deixar de recolher os materiais nas datas predefinidas, salvo nos casos que seja apresentada a devida justificativa que será avaliada pelo Gestor contratual;

30.1.2. Caso a prestação de contas não seja encaminhada ao HDT-UFT/Ebserh nas condições estabelecidas no termo de compromisso;

30.1.3. Em outras situações em que fique configurado descumprimento das competências da associação ou cooperativa;

30.2. Na ocorrência de 03 (três) ADVERTÊNCIAS pelos motivos citados, o termo de compromisso será rescindido, garantida a ampla defesa e o contraditório;

30.2.1. Na ocorrência de rescisão do Termo de Compromisso, a Gestor Contratual tomará as providências cabíveis para continuidade do trabalho da coleta seletiva.

## **31. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

31.1. O processo de seleção/credenciamento poderá vir a ser revogado, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes;

31.2. O HDT-UFT/Ebserh poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos de recebimento dos documentos de inscrição ou da divulgação do resultado de julgamento;

31.3. A celebração de Termo de Compromisso não acarretará qualquer vínculo empregatício entre o HDT-UFT/Ebserh e a Cooperativa ou Associação selecionada ou com seus cooperados ou associados;

31.4. A participação das Cooperativas ou Associações neste processo de habilitação implica em aceitação de todos os termos estabelecidos no Edital e anexos.

## **32. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

32.1. O presente documento segue assinado eletronicamente pela equipe de planejamento, elaboradora do estudo técnico preliminar, análises de riscos, e deste termo de referência, e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade da contratação.

(Assinado eletronicamente)  
Jannine Castelo Branco Gomes  
Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação  
MATRÍCULA/SIAPE: 2409387  
HDT-UFT-UFRN/Ebserh

(Assinado eletronicamente)  
André Barbosa de Amorim  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação  
Mat. Siape 1783173



**APROVO** o presente termo de referência, que constitui peça integrante e inseparável do respectivo procedimento licitatório, visando o credenciamento de associação ou cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar coleta seletiva de bens patrimoniais móveis, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados a carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins.

**Missael Araújo de Lima**  
Gerente Administrativo  
HDT-UFT/EBSERH

#### ANEXO II - CRONOGRAMA DE EVENTOS DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

EVENTO	DATA
<b>1.</b> Período de entrega dos documentos de habilitação. Os interessados em participar do chamamento público deverão encaminhar as documentações por meio do correio eletrônico: <b>ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br</b> .	<b>25/10/2023 a 20/11/2023</b>
<b>2.</b> Divulgação das associações/cooperativas habilitadas  A listagem das entidades habilitadas será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft</a> .	<b>até 05 dias úteis a contar da data do encerramento das inscrições</b>
<b>3.</b> Período de interposição de recursos à comissão para julgamento.  Encaminhar as documentações por meio do correio eletrônico: <b>ulc.hdt-uft@ebserh.gov.br</b> .	<b>03 dias úteis a contar da divulgação da listagem das entidades habilitadas</b>
<b>4.</b> Divulgação dos resultados dos recursos.  Será Disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft</a> .	<b>05 dias úteis contados da data final do prazo do recorrente</b>
<b>5.</b> Publicação de listagem final das entidades aprovadas A listagem final será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do HDT-UFT/Ebserh: <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft</a> .	<b>A listagem final será encaminhada aos interessados por meio do correio eletrônico, informado no momento do envio da documentação e disponibilizado no sítio eletrônico do Hdt-Uft/Ebserh: <a href="https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft">https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hdt-uft</a></b>
<b>6.</b> Realização de sessão pública com a(s) associação(ões) ou cooperativa(s) habilitada(s).	<b>A data e horário da realização do sorteio serão informados quando da publicação da listagem final das instituições aprovadas.</b>
<b>7.</b> Assinatura do termo de compromisso.	<b>A entidade selecionada em primeiro lugar será convocada para firmar Termo de Compromisso com o Hdt-Uft/Ebserh, conforme modelo do Anexo VIII.</b>

#### ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

DADOS DA COOPERATIVA
NOME:
CNPJ:
ENDEREÇO:

DADOS DA COOPERATIVA	
TELEFONES:	E-MAIL:
DATA DA CONSTITUIÇÃO DA ENTIDADE:	VEÍCULO PRÓPRIO PARA COLETA: ( ) Sim ( ) Não
QUANTIDADE DE COOPERADOS/ASSOCIADOS:	TIPO DE VEÍCULO PARA COLETA ( ) Caminhão ( ) Caminhonete ( ) Outros – especificar: _____ ( ) Nenhum
POSSUI SEDE PRÓPRIA: ( ) Sim ( ) Não	
CONDIÇÕES DO LOCAL DE TRABALHO: ( ) Área a céu aberto ( ) Galpão com cobertura ( ) Possui pavimentação ( ) Possui instalações elétricas ( ) Possui instalações hidráulicas ( ) Possui alvará de funcionamento	
OBSERVAÇÕES: _____ _____ _____	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL	
NOME:	
IDENTIDADE:	CPF:
ENDEREÇO:	
TELEFONES:	E-MAIL:
_____ Nome legível e SIAPE do servidor que recebeu a documentação	

#### ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A (nome da associação/cooperativa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede no endereço cidade de \_\_\_\_\_, no estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Senhor(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que possui infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos materiais recicláveis descartados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, **filial HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS - HDT-UFT**, bem como apresenta o sistema de rateio entre os associados e cooperados, de acordo com os requisitos previstos no EDITAL DE HABILITAÇÃO DE COOPERATIVAS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS PARA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA, publicado em XX/XX/XX.

Araguaína, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

#### ANEXO V - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR OU ADOLESCENTE

A (nome da associação/cooperativa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com sede no endereço xxxxxxxxxxxxxx na cidade de xxxxxxxx, no estado xxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_ portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega pessoa com idade inferior a dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega pessoa com idade inferior a dezesseis anos.**

**Ressalva:** emprega pessoa, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

Araguaína, de de 20xx

Assinatura do representante legal

#### ANEXO VI - FORMULÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO DE CATADORES

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL COLETADO	QUANTIDADE COLETADA	PREÇO UNITÁRIO

Descrever e demonstrar a forma de aplicação dos recursos no desenvolvimento social da COOPERATIVA e de seus associados.

Observações: Emitir em papel timbrado  
Deve ser assinado pelo representante da entidade

Araguaína, de de 20xx

Assinatura do representante legal

#### ANEXO VII - NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA Nº /HDT-UFT/Ebserh/20\_\_

A Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT, NOTIFICA Vossa Senhoria a solucionar as pendências citadas nesta Notificação de Ocorrência no prazo de XX horas contado a partir do recebimento deste documento, sob pena das sanções previstas no Termo de Compromisso nº XX/20XX.

Notificado:
Fundamentação Legal:
Data da Ocorrência:
Área ou Setor de Ocorrência:

Notificado:

Descrição da Ocorrência:

Dê-se ciência e cumpra-se.

Araguaína, de de 20xx

Responsável pela notificação xxxxxxxxx  
Presidente da Comissão de Seleção de Chamamento Público do HDT,  
Portaria-SEI nº 30, de 27 de fevereiro de 2023

**ANEXO VIII - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO****MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº....., CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH, FILIAL HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**CREDENCIANTE:** A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial ....., sediado(a) na ....., CNPJ ....., UG-....., neste ato representada pelo seu Presidente Ou Superintendente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), RG nº ..... e CPF nº ....., nomeado por (ato de nomeação), publicado no (Boletim/DOU), de (data da publicação) e por seu Diretor Ou Gerente, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), RG nº ..... e CPF nº ....., nomeado por (ato de nomeação), publicado no (Boletim/DOU), de (data da publicação), ambos no uso das atribuições conferidas pelo artigo 58, inciso IV, do Estatuto Social Ou artigo 20 da Portaria-SEI nº 8/2019, .

**CREDENCIADA:** ....., com sede na ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., representada neste ato por ....., RG nº ..... e CPF nº .....

Conforme Processo Administrativo nº 23761.001133/2023-91, e de acordo com a Chamamento Público nº 1/2023, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CREDENCIANTE e a CREDENCIADA celebram o presente Termo de Credenciamento, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 92/2019, de 19 de setembro de 2019, dos normativos internos da Ebserh, e mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

**33. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

33.1. Definição de critérios objetivos para credenciamento de associação ou cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar coleta seletiva de bens patrimoniais móveis, classificados como inservíveis e irrecuperáveis, com potencial para reciclagem, vinculados a carga patrimonial do Hospital de Doenças Tropicais da Universidade Federal do Tocantins, durante o período de 06 (seis) meses, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**34. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

34.1. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../..... .

**35. CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

35.1. Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

**36. CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

36.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CREDENCIADA, e a fiscalização pela CREDENCIANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

**37. CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE E CREDENCIADA**

37.1. As obrigações do CREDENCIANTE E CREDENCIADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**38. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

38.1. As sanções relacionadas à execução ao Termo de Credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**39. CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO**

39.1. As partes poderão rescindir o presente termo, a qualquer tempo, desde que notifiquem a outra parte com antecedência mínima de 90 (NOVENTA) dias.

39.2. Também poderá ser rescindido o credenciamento, por exclusivo critério da Ebserh, caso se verifique qualquer das ocorrências relacionadas a seguir:

39.2.1. Falência ou insolvência do credenciado;

39.2.2. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações da Credenciada; observado o disposto no item 15.2 do Termo de Referência;

39.2.3. Alteração da razão social ou modificação da finalidade ou de estrutura da Credenciada, que prejudique ou impossibilite o oferecimento do objeto ora estabelecidos;

39.2.4. Descumprimento de qualquer cláusula contida no Edital.

**40. CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES**

40.1. Este Termo de Credenciamento poderá ser alterado por acordo entre CREDENCIANTE e CREDENCIADA, desde que observadas as previsões constantes no edital de chamamento público e seus respectivos anexos.

**41. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO**

41.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

**42. CLÁUSULA DÉCIMA - DESCREDENCIAMENTO**

42.1. A CREDENCIADA que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

42.2. A CREDENCIANTE poderá descredenciar instituições credenciadas, por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, caso comprovado o desatendimento de quaisquer dos requisitos exigidos no ato do credenciamento.

**43. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– ANTINEPOTISMO**

43.1. É vedada à CREDENCIADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para prestação de serviços de pessoas que apresentem relação de parentesco com agente público exercente de cargo em comissão ou função de confiança ligado a EBSEH, nos termos do que estabelece o art.7º, do Decreto nº 7.203/10.

**44. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO**

44.1. Para a execução deste Termo de Credenciamento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Credenciamento, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Credenciamento, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**45. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– CASOS OMISSOS**

45.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**46. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS**

46.1. Em caso de instituições privadas devem declarar que:

46.1.1. Cumprem a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, cuja revisão foi aprovada pela Resolução-CA n.º 138/2021 e publicada no Boletim de Serviço n.º 1096, de 30 de junho de 2021;

46.1.2. Não possuem histórico de envolvimento com corrupção ou fraude;

46.1.3. Possuem controles e políticas de integridade na instituição;

46.1.4. Não são pessoas jurídicas cujos proprietários ou administradores sejam dirigentes de partido político, titulares de mandato eletivo, empregados ou administradores da empresa estatal, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau.

**47. CLÁUSULA DECIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

47.1. Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União e em Portal eletrônico por ela mantido na internet até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**48. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

48.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

48.1.1. É facultada a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CREDENCIADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.

48.1.2. A CREDENCIANTE, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CREDENCIADA;

48.1.3. Em razão de eventuais alterações estruturais da CREDENCIANTE, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CREDENCIADA será notificada para promover as mudanças necessárias;

48.1.4. A CREDENCIADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**49. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

49.1. As questões decorrentes da execução deste Termo de Credenciamento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

49.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Credenciamento, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes.

Superintendente	Gerente Administrativo
Gerente de Ensino e Pesquisa -Testemunha	Gerente de Atenção à Saúde - Testemunha

**Credenciada**

**ANEXO IX - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)****1. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

- 1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em [www.ebserh.gov.br](http://www.ebserh.gov.br)), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.
- 1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.
- 1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.
- 2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.
- 2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.
- 2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:
  - a. a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
  - b. os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
  - c. o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
  - d. deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
  - e. as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
  - f. o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
  - g. as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.
- 2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.
- 2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.
- 2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.
- 2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.
- 2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:
  - a. a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b. as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

### 3. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

3.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

### 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

## ANEXO X – DECLARAÇÃO POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH

**Referência/objeto: Chamamento Público nº 01/2023: Credenciamento de Associação ou Cooperativa de reciclagem de materiais, com fins e uso de interesse social, aptas a realizar a coleta seletiva de bens patrimoniais móveis classificados como inservíveis e irrecuperáveis.**

Em atenção ao art. 15, parágrafo único da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH, a fim de afastar interesses secundários, declaro que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador	CPF

DADOS DA EMPRESA:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Local e data.

**Nome completo**  
Cargo/ Representante Legal

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA LICITAR COM A EBSEH**

**Razão Social:**....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
estabelecida no endereço .....  
através de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador da cédula de  
identidade de RG nº ....., inscrito no CPF sob o nº ....., DECLARA,  
sob as penas da lei, que inexistem impedimentos para licitar e contratar com a Ebserh, em especial as hipóteses  
previstas no art. 19, *caput* e § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh<sup>1</sup>.

Local e data.

**Nome completo**  
Cargo/ Representante Legal

1 Art. 19 Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

II - suspensão pela Ebserh;

III - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos

que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que

deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea. Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação das pessoas elencadas no inciso I do caput, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios,

na condição de licitante;

II - à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6

(seis) meses.

I - à contratação das pessoas elencadas no inciso I do caput, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios,

na condição de licitante;

II - à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6

(seis) meses.





Documento assinado eletronicamente por **Felipe Cunha De Lirio, Chefe de Unidade**, em 24/10/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **33820454** e o código CRC **02226D36**.

Referência: Processo nº 23761.001133/2023-91

SEI nº 33820454